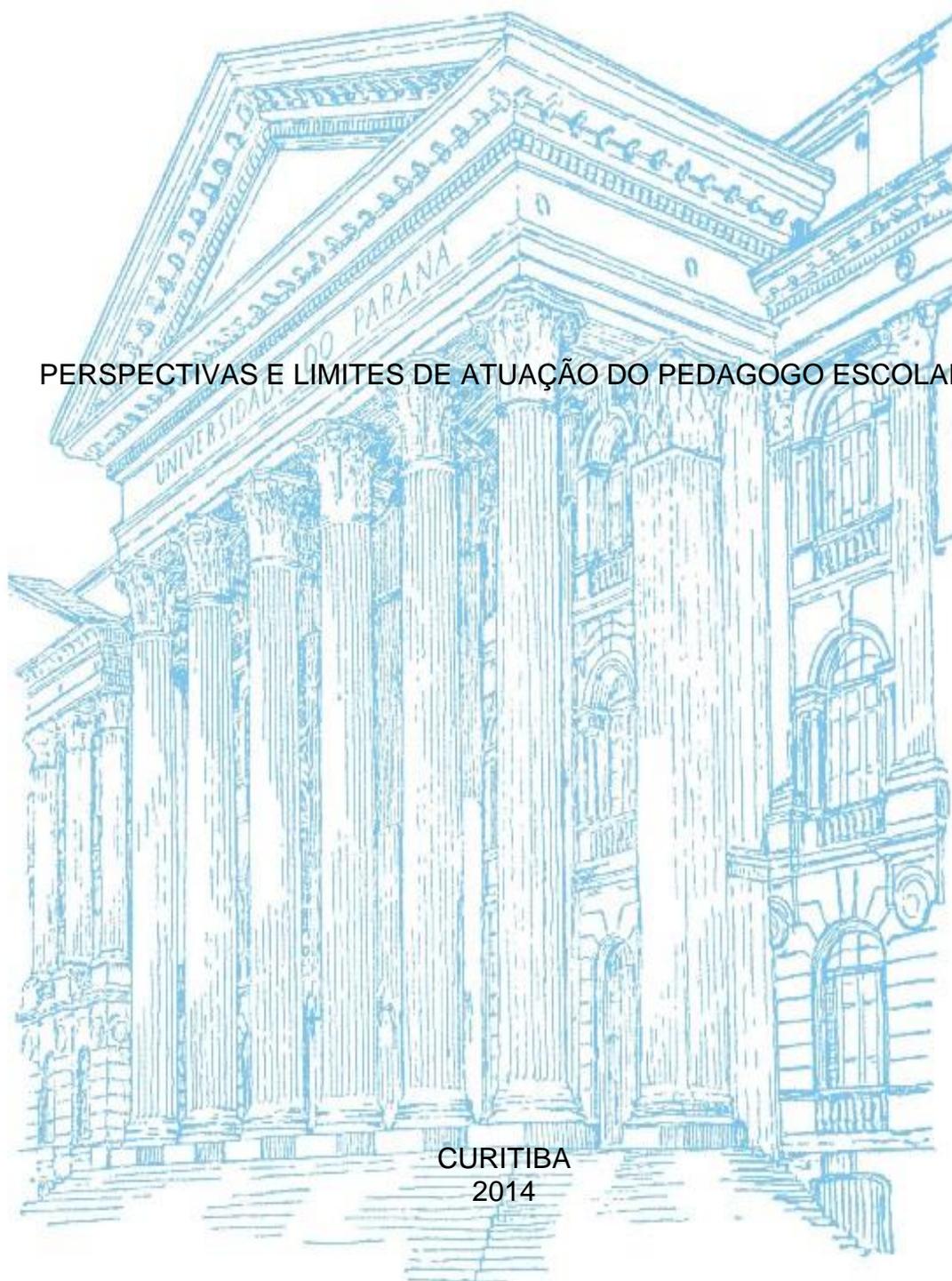


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE EDUCAÇÃO

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

ÁUREA LÚCIA SABINO DA SILVA BRAGA

PERSPECTIVAS E LIMITES DE ATUAÇÃO DO PEDAGOGO ESCOLAR



CURITIBA
2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

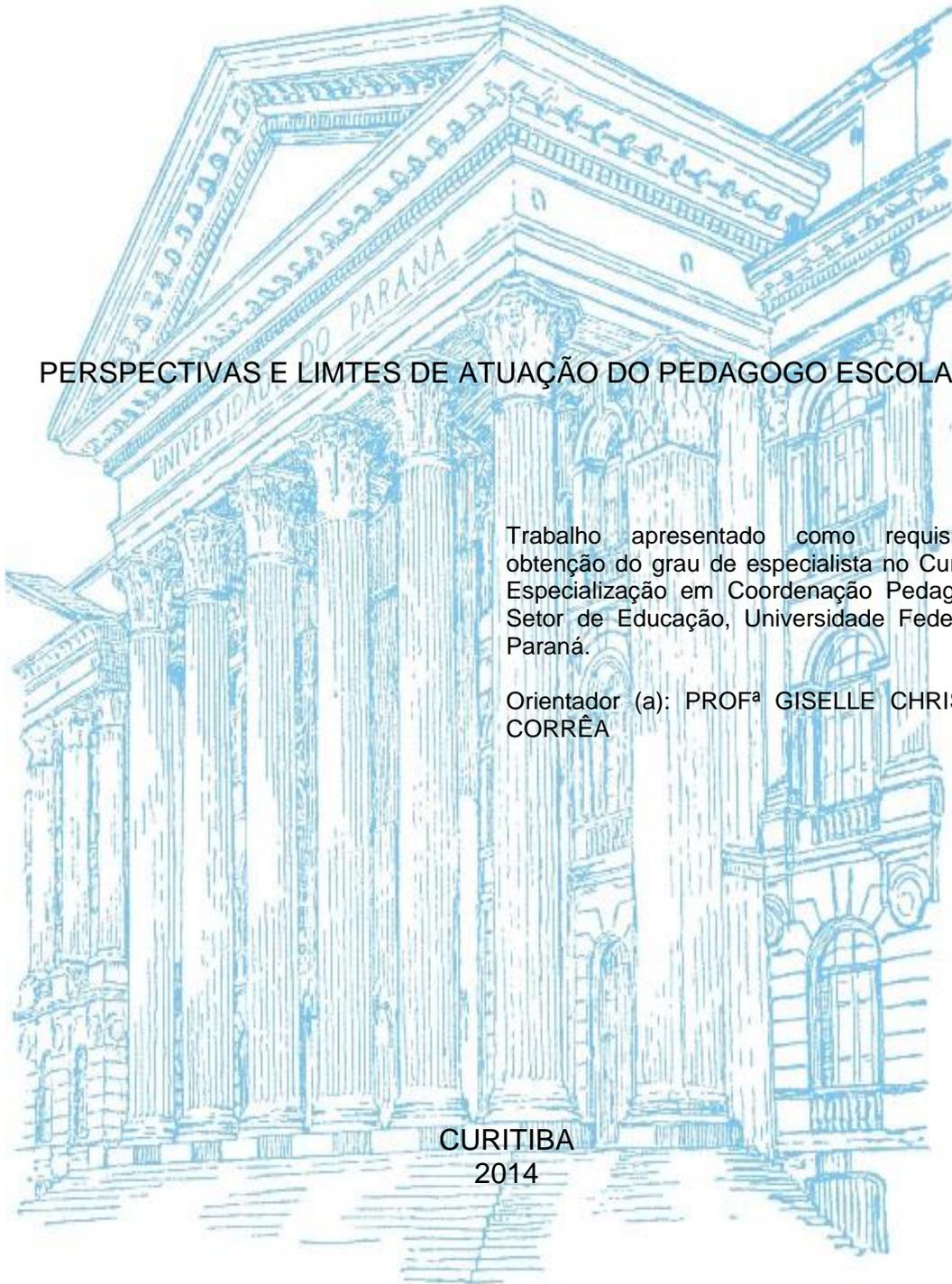
ÁUREA LÚCIA SABINO DA SILVA BRAGA

PERSPECTIVAS E LIMITES DE ATUAÇÃO DO PEDAGOGO ESCOLAR

Trabalho apresentado como requisito à obtenção do grau de especialista no Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná.

Orientador (a): PROF^a GISELLE CHRISTINA CORRÊA

CURITIBA
2014



PERSPECTIVAS E LIMITES DE ATUAÇÃO DO PEDAGOGO ESCOLAR

ÁUREA LÚCIA SABINO DA SILVA BRAGA*

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo principal identificar a atuação do pedagogo buscando compreender as suas perspectivas e limites no interior da escola. Para tanto, foi realizado um estudo de caso em uma escola pública da rede municipal de uma cidade do Paraná. A fundamentação teórica se deu a partir de uma revisão bibliográfica sobre a temática em questão. Após, foi realizada pesquisa documental, observação e entrevistas objetivando evidenciar os diferentes olhares dos profissionais da escola sobre o trabalho pedagógico realizado pelo Pedagogo escolar a partir das mudanças legislativas e da própria prática do Pedagogo.

PALAVRAS-CHAVE: Atuação do Pedagogo. Trabalho Pedagógico. Perspectivas e Limites.

ABSTRACT

This paper aims to identify the role of the pedagogue seeking to understand their perspectives and limits within the school. To this end, a case study was conducted in a public municipal school in a city of Paraná, which is a Brazilian state. The theoretical basis came from a literature review on the topic in question. After that, documentary research, observation and interviews were conducted aiming to highlight the different looks of the school professionals about the pedagogical work realized by the school pedagogue after the legislative changes and with the actual practice of the pedagogue.

KEYWORDS: Role of the Pedagogue. Pedagogical work. Prospects and Limits.

* Artigo produzido pela aluna Áurea Lúcia Sabino da Silva Braga do Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica, na modalidade EaD, pela Universidade Federal do Paraná, sob orientação da professora Giselle Correa. E-mail: aureasabino@yahoo.com.br

1. INTRODUÇÃO

Este artigo pretende analisar como se dá o trabalho do pedagogo em uma escola municipal da região metropolitana de Curitiba, a partir de estudos e pesquisas realizadas com professores e pedagogos que ali atuam ou que já atuaram.

Para tanto, iniciaremos discorrendo sobre a organização escolar, pois tem se constituído no principal campo de atuação do pedagogo dado a importância de seu papel na busca pela qualidade do trabalho pedagógico, e pelo caráter obrigatório da educação escolar na formação dos cidadãos.

A atuação do pedagogo na escola está permeada por uma série de ações que se distancia de suas especificidades, mas que são necessárias para atender às demandas da escola e as exigências de cunho “pedagógico” ou burocrático dos sistemas de ensino ao qual pertencem. Contudo, a sua presença é relevante no contexto escolar, pois como profissional responsável pela articulação do trabalho pedagógico, visando conhecer e refletir sobre as deficiências que podem acarretar em uma educação de baixa qualidade, poderá intervir com projetos que possam ressignificar a prática educativa e melhorar o processo de ensino e aprendizagem.

No município de Pinhais a coordenação pedagógica era exercida até bem pouco tempo por professores mais antigos que já atuavam na rede, porém a partir de 2010 foram realizadas as primeiras contratações de pedagogos mediante concurso público de provas e títulos.

Diante disso, este trabalho se propõe a analisar as mudanças ocorridas no trabalho pedagógico com a presença do pedagogo e especificamente em uma escola da rede municipal, buscando compreender as perspectivas e os limites no que se refere a atuação do pedagogo no interior da escola. A escolha do tema se justifica pelo fato de se verificar a amplitude do trabalho do pedagogo no ambiente escolar. Percebe-se que a falta de direcionamento do trabalho pedagógico, devido às diversas atribuições a que tem se submetido o pedagogo, compromete a efetivação de um projeto que vise a melhoria da qualidade na educação.

Faz-se necessário investigar os rumos que têm tomado a função do pedagogo na organização do trabalho pedagógico, buscando contribuir para a configuração de suas competências para a efetivação e reconhecimento de seu trabalho como essencial para a qualidade da educação.

Para tanto, será feito um estudo de caso da escola em questão visando reconhecer a realidade do trabalho pedagógico quando a função da coordenação pedagógica era exercida por um professor que era nomeado, até o momento atual, agora exercida por um pedagogo aprovado em concurso público de provas e títulos. Nosso estudo procurou investigar como se dava o trabalho pedagógico antes e depois de 2010.

A princípio procuraremos identificar e discorrer sobre o papel do pedagogo à luz da legislação brasileira, buscando compreender as mudanças ocorridas ao longo dos anos em relação à formação e atuação do pedagogo. Após analisaremos as mudanças decorrentes de novas perspectivas de preenchimento de cargos e/ou funções na escola. Em seguida, verificaremos as possibilidades de atuação do pedagogo e os limites que tem encontrado pela frente para a realização de seu trabalho.

2. REVISÃO DE LITERATURA

Durante a Especialização em Coordenação Pedagógica foi pontuado através dos estudos das diferentes salas ambientes, o sentido do trabalho do pedagogo na escola, o que possibilitou o confronto com a prática atual em muitas escolas. Diante disso, fez-se necessário realizar um estudo bibliográfico que apontasse as atribuições do pedagogo, bem como as transformações sofridas.

A área da Pedagogia passou por várias mudanças ao longo dos anos na educação brasileira no que se refere à formação, como também à atuação do pedagogo. E essas mudanças contribuíram para ampliação das atividades do pedagogo na escola e a indefinição do seu papel, dando margem a que outras atribuições, que não seriam de sua alçada, fossem incorporadas as suas ações diárias.

Percebe-se que a dispersão de diversas atividades, e muitas dessas exigem ações imediatas, impede que haja organização e que se consiga cumprir um planejamento, e conseqüentemente a construção de um trabalho pedagógico com qualidade pautado no projeto pedagógico.

Enquanto em outros ambientes não escolares em que o pedagogo atua, a sua prática vai ganhando prestígio e se estabelecendo como imprescindível, no ambiente escolar sofre descaracterização devido aos desvios na prática escolar quanto às suas especificidades. A sociedade está se tornando mais pedagógica, conforme afirma Libâneo

Verificamos, assim, uma ação pedagógica múltipla na sociedade, em que o pedagógico perpassa toda a sociedade, extrapolando o âmbito escolar formal, abrangendo esferas mais amplas da educação informal e não-formal, criando formas de educação paralela, desfazendo praticamente todos os nós que separavam escola e sociedade. (LIBÂNEO,2001,p.5).

Portanto, a escola como instituição criada com o objetivo de promover a formação integral dos sujeitos, deve se constituir em um local onde o trabalho pedagógico seja revestido de uma intencionalidade que evidencie os objetivos de desenvolvimento aspirados pela sociedade. Seria o fazer pedagógico delineando as práticas de ensino da escola de forma articulada e transparente.

No entanto, as mudanças nas legislações da educação que discorrem sobre a formação pedagógica sofreram modificações ao unificar as áreas de atuação do pedagogo e inserir a docência nos cursos de formação. A função do coordenador pedagógico se ampliou, assumindo atualmente as funções de orientador, supervisor e gestor educacional concomitantemente. Faz-se necessário que se dê condições materiais, estruturais e de recursos humanos para que o coordenador pedagógico possa desenvolver seu trabalho com qualidade no interior da escola.

O pedagogo assumiu diversas funções nos últimos anos que, embora sejam atribuições inerentes ao seu trabalho e lhe permita ter uma visão ampla das deficiências e necessidades do processo educativo da escola, o tornam impossibilitado de realizar um trabalho com qualidade. Diante disso, o trabalho do pedagogo se distancia do que seria essencial à sua prática, a reflexão de como se dá a prática pedagógica objetivando o planejamento de ações no sentido de intervir a fim de suprir as necessidades pedagógicas dos professores e necessidades educativas dos alunos.

Na maioria das vezes, a ação do pedagogo está voltada para as demandas mais urgentes, tais como: atender as exigências administrativas, aos problemas relacionados a falta de disciplina de alguns alunos, fazer ligações para os alunos faltantes, atendimento aos pais, atender solicitações de projetos específicos dos sistemas de ensino e ainda zelar pela segurança dos alunos na escola, pois em

muitos locais não existem profissionais na escola para dar este suporte. Percebe-se que todas estas atividades tem um caráter imediatista que exigem uma resposta rápida. Para Carvalho (2009).

[...] o reconhecimento e efetivação do papel do pedagogo depende do reconhecimento da intencionalidade e especificidade do trabalho pedagógico junto a toda comunidade escolar. Portanto, o envolvimento do pedagogo com questões do dia a dia escolar não deve extrapolar seu tempo e espaço do fazer pedagógico, já que problemas de disciplina, acompanhamento de entrada e saída de alunos etc. são problemas da escola e o seu coletivo deve planejar ações para enfrentamento destas questões. (CARVALHO, 2009, p. 8).

Os desvios de foco ou a falta de direcionamento do trabalho a ser realizado pode comprometer o cumprimento da especificidade da educação escolar. Saviani (2008) quando discorre sobre as atividades nucleares da escola fala sobre a descaracterização que ocorre ao se inserir atividades secundárias no currículo escolar em detrimento dos conteúdos científicos.

O trabalho pedagógico está permeado pela questão do tempo. O currículo previsto para determinados períodos, conteúdos divididos por bimestres ou trimestres, prazos a serem cumpridos para que as avaliações dos alunos sejam finalizadas e as notas e/ou conceito fechados, fechamento de final de ano. A organização da escola está condicionada a atender as demandas mais próximas e o planejamento de ações a médio e longo prazos são secundarizados. E quando são planejados e efetivados, os resultados não são acompanhados e retomados. Isso reflete a falta de articulação da teoria com a prática, do planejado com o efetivado.

O pedagogo tem como desafio identificar as necessidades metodológicas e didáticas dos professores que atuam diretamente com os alunos, o cumprimento do currículo previsto minimamente para garantir o direito a uma educação de qualidade. Além de acompanhar o desempenho escolar dos alunos, buscando identificar as deficiências e defasagens de aprendizagem para intervir com ações que possam promover o desenvolvimento cognitivo desses alunos.

Ao discorrer sobre as inquietações do pedagogo e da pedagogia na sociedade atual, Libâneo (2001) fala sobre a necessidade de a escola lutar contra a exclusão social e por uma sociedade mais justa. Para isto os pedagogos de vários campos educacionais,

Mas principalmente pedagogos escolares, com competência para coordenar e fazer funcionar uma escola interdisciplinar, coletiva, propondo e gerindo o

projeto pedagógico, articulando o trabalho de vários profissionais, liderando a inovação. Um pedagogo escolar que saiba fazer essa produção da teoria e da prática através da própria ação pedagógica. Um pedagogo que torne a organização escolar um ambiente de aprendizagem, um espaço de formação contínua, no qual os professores refletem, pensam, analisam, criam novas práticas, como pensadores e não como meros executores de decisões burocráticas.(LIBÂNEO, 2001, p.24-25)

A intencionalidade do trabalho pedagógico perpassa os conteúdos e vai além, no sentido de instrumentalizar o aluno, promover o senso crítico acerca da realidade que está diante de si, buscando com isso a sua autonomia e emancipação frente às situações que há de se deparar em sua vida na sociedade. Conforme Carvalho (2009, p. 8). “o pedagogo, à luz de uma concepção progressista de educação, tem sua função de mediador do trabalho pedagógico, agindo em todos os espaços de contradição para a transformação da prática escolar”.

No entanto, a realidade escolar se apresenta enraizada em um pragmatismo exacerbado, onde não sobra espaço para a reflexão à luz das teorias pedagógicas, mas se enxerga os problemas do processo de ensino e aprendizagem sob a perspectiva das limitações dos alunos devido ao seu contexto social.

O pedagogo escolar se depara com muitas limitações e indefinições quanto ao seu papel na escola devido a amplitude de sua área de atuação e as exigências burocráticas dos sistemas de ensino. Se priorizar atender a parte burocrática, não atende a contento a parte pedagógica, ou seja, a supervisão, orientação, formação continuada dos professores, a orientação aos alunos, bem como ao acompanhamento e desenvolvimento para ter elementos para intervir na prática pedagógica.

O Projeto Político-Pedagógico e o Regimento Escolar, legalizam o trabalho na escola, servindo-se como ponto de apoio à organização prática. Porém, seus resultados não são observáveis. No cotidiano escolar, os profissionais gastam a maior parte do tempo buscando resolver situações de conflitos que surgem repentinamente, levando-os ao desgaste físico e emocional e em consequência à desmotivação profissional. Tal situação, acaba deixando em segundo plano o objeto maior, o qual é a preocupação com a efetivação do ensino - aprendizagem. (VILA; SANTOS, 2007, p.11).

Para se ter claro o papel do pedagogo na escola é necessário que se conheça a área de estudo da Pedagogia. A pedagogia tem como objeto de estudo a educação, e como afirma Libâneo,

[...] é um campo de estudo com identidade e problemáticas próprias. Seu campo compreende os elementos da ação educativa e sua

contextualização, tais como o aluno como sujeito do processo de socialização e aprendizagem; os agentes de formação (inclusive escola e professor); as situações concretas em que se dão os processos formativos (entre eles o ensino); o saber como objeto de transmissão/assimilação; o contexto socioinstitucional das instituições (entre elas as escolas e as salas de aula). Resumidamente, o objetivo do pedagógico se configura na relação entre os elementos da prática educativa: o sujeito que se educa, o educador, o saber e os contextos em que ocorre. (LIBÂNEO, 2010, p.38).

A pedagogia também se utiliza de outras ciências como a Psicologia e a Sociologia para entender os problemas educativos à luz de suas teorias educativas (Libâneo, 2010, p. 38). A contribuição dessas e de outras ciências é fundamental para se compreender o contexto que envolve o processo de ensino e aprendizagem. Libâneo fala sobre a importância do papel do pedagogo juntos aos professores no contexto escolar,

A atuação do pedagogo é imprescindível na ajuda aos professores no aprimoramento do seu desempenho na sala de aula (conteúdos, métodos, técnicas, formas de organização da classe), na análise e compreensão das situações de ensino com base nos conhecimentos teóricos, ou seja, na vinculação entre as áreas do conhecimento pedagógico e o trabalho de sala de aula. (LIBÂNEO, 2010, p. 61).

O pedagogo no ambiente escolar coordena o trabalho pedagógico na assistência aos professores e alunos identificando as situações de ensino e aprendizagem em que cabe intervenção. Libâneo elenca as diversas situações que se constitui no campo de atuação do pedagogo na escola.

O pedagogo entra naquelas situações em que a atividade docente extrapola o âmbito específico da matéria de ensino: na definição dos objetivos educativos, nas implicações psicológicas, sociais, culturais no ensino, nas peculiaridades do processo de ensino e aprendizagem, na detecção de problemas de aprendizagem entre os alunos, na avaliação, no uso de técnicas e métodos de ensino etc. O pedagogo entra também na coordenação do plano pedagógico e planos de ensino, da articulação horizontal e vertical dos conteúdos, da composição das turmas, das reuniões de estudo, conselho de classe, etc. (LIBÂNEO, 2010, p. 63)

Em pesquisa realizada sobre a atuação do coordenador pedagógico em uma perspectiva de gestão democrática, Santos e Oliveira (2007) analisam a atuação em escolas públicas e privadas, e percebem que estas últimas oferecem melhores condições de trabalho o que possibilita aos coordenadores disponibilizarem mais tempo para as atividades propriamente pedagógicas. E afirmam que as atividades operacionais impedem o coordenador pedagógico de pensar o trabalho pedagógico. Para confirmar Santos e Oliveira (2007) citam Pires (2004)

A função primeira do coordenador pedagógico é planejar e acompanhar a execução de todo o processo didático-pedagógico da instituição, tarefa de importância primordial e de inegável responsabilidade e que encerra todas as possibilidades como também os limites da atuação desse profissional. Quanto mais esse profissional se voltar para as ações que justificam e configuram a sua especificidade, maior também será o seu espaço de atuação. Em contrapartida, o distanciamento dessas atribuições seja por qual motivo for, irá aumentar a discordância e desconhecimento quanto às suas funções e ao seu papel na instituição escolar (PIRES, 2004, p. 182, citado por SANTOS; OLIVEIRA, 2007, p.7)

Lima e Santos (2007, p.79) entendem a coordenação pedagógica como uma assessoria permanente e continuada ao trabalho docente e citam Piletti (1998, p. 125) que aponta quatro dimensões do trabalho do coordenador pedagógico:

- a) acompanhar o professor em suas atividades de planejamento, docência e avaliação;
- b) fornecer subsídios que permitam aos professores atualizarem-se e aperfeiçoarem-se constantemente em relação ao exercício profissional;
- c) promover reuniões, discussões e debates com a população escolar e a comunidade no sentido de melhorar sempre mais o processo educativo;
- d) estimular os professores a desenvolverem com entusiasmo suas atividades, procurando auxiliá-los na prevenção e na solução dos problemas que aparecem. (PILETTI, 1998, p.125 citado por LIMA; SANTOS, 2007, p.79)

Tendo em vista as diversas situações em que deve se dar o exercício do trabalho do pedagogo no interior da escola e dada a complexidade deste trabalho a ser desenvolvido, será que o pedagogo tem conseguido cumprir as suas atribuições profissionais? A ampliação de sua área de atuação que envolve orientação, supervisão e gestão, embora proporcione uma visão de toda a problemática que permeia a prática educativa na escola, não lhe dá as devidas condições de realizá-las satisfatoriamente em muitas escolas, em virtude da falta de estrutura física e de recursos humanos.

Oliveira (2011, p.2) ao discorrer sobre a função do pedagogo como supervisor escolar fala sobre as mudanças ocorridas na legislação no que se refere tanto à formação inicial quanto à sua atuação que ao optar pela figura do especialista da educação fragmentou o trabalho educativo no interior da escola. Para Oliveira, a figura dos especialistas no interior das escolas determinou um caráter controlador da educação com vistas a formação de mão-de-obra que viesse à atender os interesses econômicos.

Atualmente, em virtude das mudanças políticas e sociais, o trabalho da supervisão escolar assumiu uma nova dimensão, pois “precisa responder o ato de planejar, coordenar, orientar, dialogar, auxiliar, estudar, discutir as problemáticas presentes no dia-a-dia e, ainda, buscar junto ao coletivo os temas para a formação dentro do interior da escola”. (Oliveira, 2011, p. 5).

Podem-se citar ainda nos dias atuais, outros desafios que se mostram bastante visíveis, como: a falta de estrutura dos estabelecimentos de ensino, os recursos escassos, a má vontade de alguns educadores, alguns alunos, por parte de alguns funcionários administrativos, o autoritarismo dos diretores, enfim, uma série de coisas que dificultam o trabalho do supervisor, mas que não o impedem de criar na sua atividade profissional, meios de mudar esta realidade e fazer com que a escola mude sua cara, e se transforme na escola de nossos sonhos. (OLIVEIRA, 2011, p.5).

Percebe-se que existem muitos desafios no trabalho do pedagogo escolar, pois mesmo dentro de uma perspectiva de gestão democrática e trabalho coletivo, tem a incumbência de responder às demandas da organização do trabalho pedagógico e buscar, juntamente com os professores, melhorar a qualidade da educação com vistas à formação integral dos alunos.

O curso de Pedagogia foi regulamentado no Brasil com a implantação do Decreto-Lei 1190/1939 que preconizava uma formação com três anos de duração que objetivava formar técnicos da educação para “funções de administração, planejamento de currículos, orientação a professores, inspeção de escolas, avaliação do desempenho dos alunos e dos docentes, de pesquisa e desenvolvimento tecnológico da educação, no Ministério da Educação, nas secretarias de estado e dos municípios” (Brito, 2006). Para que o bacharel pudesse receber o título de licenciado teria que estudar o curso de Didática por um ano, daí estaria apto à lecionar as disciplinas pedagógicas do curso normal nível secundário.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 4024 promulgada em 1961 não trouxe grandes mudanças para a área da Pedagogia, pois permaneceu o esquema 3+1. As escolas de nível secundário continuavam com a incumbência de formar os professores primários. Os orientadores educacionais para as escolas primárias deveriam ser formados em cursos especiais nos institutos de educação, e para as escolas secundárias deveriam ser formados em cursos especiais criados pelas faculdades de filosofia. Este curso era restrito aos profissionais com formação superior em pedagogia, filosofia, psicologia ou ciências sociais e educação física.

Para ingresso nesses cursos era exigido experiência de três anos no magistério. (BRASIL, LDB 4.024/61).

A Lei nº 5540 de 28 de novembro de 1968 fixa as normas de organização e funcionamento do ensino superior. Elimina a dualidade nos cursos de formação ao extinguir o esquema 3+1 e confere às Faculdades de Educação a incumbência de oferecer as disciplinas pedagógicas durante os cursos de formação, que a partir daí seriam de quatro anos. (BRASIL, Lei 5.540/68).

O curso de Pedagogia também sofreu alterações com a aprovação do Parecer 252/69 de autoria do Professor Valnir Chagas, que estabelecia o currículo mínimo para o curso, assim como também as habilitações em Orientação Educacional, Administração, Supervisão e Inspeção Escolar e Magistério das Disciplinas Pedagógicas do 2º Grau. Essas mudanças ocasionaram a fragmentação na formação de especialista da educação. Houve outras tentativas de mudança no sentido de acrescentar à formação inicial de professor a de especialista por meio do curso de pós-graduação que não se sustentaram, e que trouxeram à tona debates sobre as especificidades do curso de pedagogia e a sua importância para se buscar uma educação de qualidade. (RODRIGUES, KUENZER, 2007).

Diante disso, o curso de Pedagogia deixou de formar apenas os especialistas da educação e foi sendo direcionado para a formação de professores para educação infantil, séries iniciais do ensino fundamental e educação de jovens e adultos.

Com a implantação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação em 20 de dezembro de 1996, fica estabelecido conforme artigo 64 que,

A formação de profissionais de educação para administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional para a educação básica, será feita em cursos de graduação em pedagogia ou em nível de pós-graduação, a critério da instituição de ensino, garantida, nesta formação, a base comum nacional. (BRASIL, LDB 9394/96, Art.64).

O curso de Pedagogia passa a priorizar a formação docente, além da formação pedagógica para atuar tanto nas escolas como em outras instituições diferentes da escolar. Amplia-se o campo de atuação do pedagogo, como também o currículo para sua formação nas mesmas proporções.

O Parecer nº 5/2005 do Conselho Nacional de Educação ao definir as diretrizes para o curso de Pedagogia preconizava

[...] à formação inicial para o exercício da docência na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio de modalidade Normal e em cursos de Educação Profissional, na área de serviços e apoio escolar, bem como em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos. A formação oferecida abrangerá, integradamente à docência, a participação da gestão e avaliação de sistemas e instituições de ensino em geral, a elaboração, a execução, o acompanhamento de programas e as atividades educativas (BRASIL, Parecer 5/2005, p.6).

As Diretrizes Curriculares nacionais para o curso de Pedagogia preceituam a formação do licenciado em Pedagogia

Art. 4º O curso de Licenciatura em Pedagogia destina-se à formação de professores para exercer funções de magistério na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar e em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos.

Parágrafo único. As atividades docentes também compreendem participação na organização e gestão de sistemas e instituições de ensino, englobando:

I - planejamento, execução, coordenação, acompanhamento e avaliação de tarefas próprias do setor da Educação;

II - planejamento, execução, coordenação, acompanhamento e avaliação de projetos e experiências educativas não-escolares;

III - produção e difusão do conhecimento científico-tecnológico do campo educacional, em contextos escolares e não-escolares. (BRASIL, Resolução CNE/CP nº 1/2006).

Diante do exposto, percebe-se que a formação inicial do pedagogo é realizada atualmente junto à formação docente, devendo o profissional buscar uma melhor qualificação para o exercício de suas funções em cursos de pós-graduação.

Em um anexo de edital de concurso de provas e títulos do município de Pinhais para contratação de pedagogos, intitulado de descrição sumária e requisitos do cargo, percebe-se a ampliação de competências exigidas para além das funções elencadas na LDB.

Esse edital previa a contratação de pedagogos após aprovação em concurso, que poderia assumir qualquer uma das três funções elencadas: Coordenação Pedagógica na Unidade Escolar, Direção de Unidade Escolar ou Assessoria Pedagógica. Na coordenação pedagógica, o edital prevê 56 itens que pontuam a atuação do pedagogo. Na Direção da Unidade Escolar são colocados 35 itens. E na Assessoria Pedagógica 15 itens explicitam o campo de atuação do Pedagogo.

Percebe-se a ampliação de competências para exercer tais funções e a complexidade do trabalho a ser realizado. As atividades vão desde estudos e pesquisas, zelo pela integridade física e moral do aluno, atividades envolvendo a integração da família, acompanhamento e orientação ao corpo docente e discente, bem como as atividades relacionadas a gestão e elaboração de documentos e garantia das diretrizes previstas pelo sistema de ensino. (PINHAIS, Edital nº02/2011).

O trabalho do coordenador pedagógico está permeado de diversas ações que o distanciam das especificidades de cunho pedagógico, o que dificulta a sua intervenção na realidade escolar. O atendimento aos pais e responsáveis, aos professores em suas permanências/hora-atividade, as exigências burocráticas da gestão escolar, as demandas do sistema de ensino requerem uma carga horária que proporcione tempo e espaço para estudos e elaboração de projetos de intervenção na prática escolar.

3. ANÁLISE DE INFORMAÇÕES COLETADAS:

Tendo em vista o estudo da especialização em coordenação pedagógica sobre as especificidades do papel do pedagogo no ambiente escolar e os desafios que se depara pela frente, para se efetivar os planejamentos pertinentes à área, optou-se por realizar um estudo de caso que amplie as nossas concepções e possa servir de parâmetro para nossa atuação.

Este trabalho foi desenvolvido a partir de pesquisa bibliográfica buscando compreender o que já foi dito e estudado sobre as perspectivas e limites de atuação do pedagogo na escola. Após foi feito levantamento de documentos e entrevistas semiestruturadas para estudo de caso em uma escola do município de Pinhais.

O que nos leva a realizar um estudo de caso sobre o assunto seria o fato de buscar compreendê-lo mais aprofundadamente visando a melhoria da organização do trabalho pedagógico. Outro aspecto seria a generalização do estudo de caso que poderia ser aplicado em outros contextos, conforme afirma Mazzotti (2006).

A pesquisa bibliográfica buscou identificar as atividades relativas ao trabalho pedagógico realizado na escola conforme a legislação vigente. E investigar se as

mudanças na legislação contribuíram para a definição das atribuições pertinentes ao trabalho do pedagogo escolar. A partir dos documentos do MEC, edital de concurso público e documentos da escola buscou-se compreender o que se espera do coordenador pedagógico na escola. Como também de pesquisa bibliográfica de autores como Libâneo (2001,2007), Garrido (2004), entre outros que discorrem sobre o assunto.

Para daí, passar aos procedimentos no campo de pesquisa junto aos profissionais que atuam ou que já atuaram, buscando identificar as práticas pedagógicas que demonstrem as atribuições do pedagogo, que era um professor indicado para a função, com o pedagogo especialista atual, contratado mediante concurso público.

A pesquisa foi realizada dentro de uma abordagem qualitativa através de um estudo de caso de uma escola no município de Pinhais. Foram utilizados os seguintes instrumentos de coleta: entrevistas semiestruturadas, consulta a documentos e observação.

Por ser um estudo de caso, as pesquisas semiestruturadas podem ajudar na compreensão das concepções do trabalho pedagógico dos atores que fazem parte da realidade escolar. Para tanto, foram entrevistados professores e pedagogos. De acordo com Duarte (2002) em uma abordagem qualitativa as

[...] pesquisas de cunho qualitativo exigem a realização de entrevistas, quase sempre longas e semiestruturadas. Nesses casos, a definição de critérios segundo os quais serão selecionados os sujeitos que vão compor o universo de investigação é algo primordial, pois interfere diretamente na qualidade das informações a partir das quais será possível construir a análise e chegar à compreensão mais ampla do problema delineado. (DUARTE, 2002, p.141)

A análise documental foi outro instrumento utilizado por ser imprescindível à consulta aos documentos escolares como o Projeto Político Pedagógico, Regimento Escolar, Atas de reuniões, dentre outros. As legislações pertinentes à área da educação no que se refere a atuação do pedagogo, como também edital de concurso foram objetos de análises. Segundo Naves (2014, p.38), “a consulta documental reúne algumas vantagens, pois documentos são materiais muito ricos e preñhes de informações, além de serem estáveis e definidos, pois não “reagem” à presença do pesquisador”.

E por fim a observação, pois como participante no local que foi objeto de pesquisa, a observação já faz parte do cotidiano do pedagogo, embora que dentro

de um estudo de caso haja um maior rigor nas análises do que está sendo observado, tendo em vista que “a observação científica, diferente da observação casual, é, pois, uma observação sistemática, controlada, que exige tempo, concentração do pesquisador” (NAVES, 2014, p.33).

A Escola X está localizada no município de Pinhais, foi criada no ano de 1992. A escola possui cinco salas de aula, um laboratório de informática, uma sala para professores, uma sala para direção, uma secretaria, uma cantina com cozinha e depósito para armazenagem de alimentos, um banheiro para meninas com três divisões, um banheiro para meninos com três divisões, um banheiro para os funcionários, saguão coberto, cancha esportiva coberta, estacionamento e parquinho.

O Projeto Político Pedagógico da escola, reelaborado no ano de 2011 ao caracterizar a comunidade interna da escola, traz os seguintes dados em questionário respondido por nove professoras que integravam o corpo docente na época,

[...] 08 consideram o seu trabalho realizado em sala de aula dentro do esperado, apenas 01 avalia como abaixo do esperado. Quando a questão se refere ao trabalho da equipe diretiva e pedagógica, 4 consideram dentro do esperado e 4 apontam abaixo do esperado, justificando que há falhas na comunicação e coloca-se também algumas questões de ordem da secretaria da escola. (PINHAIS, PPP, 2011, p.16).

Atualmente a escola atua com nove turmas do Pré-escolar II ao 5º ano do ensino fundamental.

No ano de 2014 estão funcionando cinco turmas no turno da manhã: Pré-escolar II, 1º ano, 2º ano, 4º ano e 5º ano. E no turno da tarde funcionam quatro turmas: Pré-escolar II, 1º ano, 2º ano e 3º ano.

A partir deste ano a escola conseguiu implementar os 33% de permanência/hora-atividade para os professores, conforme o previsto na legislação, porém com a contratação de estagiária de magistério para fechar o quadro de docentes.

A escola possui 258 alunos matriculados, sendo que 141 pela manhã e 117 à tarde. O quadro de profissionais que atuam na escola é composto de uma diretora, duas pedagogas que atuam em turnos diferentes, uma secretária, sete professoras pela manhã e seis professoras a tarde, sendo que, dentre estas, uma trabalha nos

dois turnos na escola; além de duas estagiárias do Magistério, duas auxiliares de limpeza e três auxiliares de cozinha.

A escola não possui inspetores para monitorar os alunos durante o recreio, acompanhar entrada e saída, e atendê-los em caso de acontecer qualquer incidente. Portanto, as pedagogas são as responsáveis em acompanhar os alunos durante o horário do recreio e quando estão em reunião ou curso fora da escola, este trabalho é realizado pela diretora ou secretária.

O Projeto Político Pedagógico da escola, reelaborado em 2011 preconiza como missão da escola garantir

[...] não só o acesso a todas as crianças aos saberes sistematizados de qualidade, como também proporcionar uma escola participativa, inclusiva e democrática. Garantindo uma educação de qualidade, embasada na ética, na solidariedade, amorosidade, respeito ao próximo, a diversidade étnico-racial. (PINHAIS, PPP, 2011, p.339).

A avaliação tem a função de diagnosticar o nível de apropriação do conhecimento dos alunos, conforme preceitua o Projeto Político Pedagógico da escola, sendo realizada de forma contínua, cumulativa e processual. O ano letivo é dividido em quatro bimestres, e em cada um destes o aluno deverá ser avaliado por no mínimo três diferentes instrumentos de avaliação para cada um dos componentes curriculares. A avaliação tem um registro quantitativo que vai de zero a dez. Os alunos tem que apresentar uma média final igual ou maior que seis para que possam ser aprovados para o ano/série seguinte, sendo que para os alunos do 1º ano, a aprovação é automática, desde que tenham frequência mínima exigida em lei.

Os alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem ou suspeitas de distúrbios de aprendizagem são encaminhados à Gerência de Educação Especial da Secretaria Municipal de Educação, após preenchimento de Ficha de Triagem para passar por uma avaliação psicoeducacional que tem a função de dar os devidos encaminhamentos, de acordo com os resultados obtidos.

A formação continuada dos profissionais da educação é ofertada pela Secretaria de Educação, visando a formação e preparo para as atividades da escola.

A escola segue a Proposta Curricular do município e trabalha com as turmas do pré-escolar II sob a perspectiva da Pedagogia de Projetos “que visa à ressignificação do espaço escolar, transformando-o em um espaço vivo de

interações aberto ao real e às suas múltiplas dimensões.” (PINHAIS, PPP, 2011, p. 27).

No ensino fundamental, conforme PPP, “a metodologia utilizada é a sequência didática, ou seja, um procedimento de aula encadeado de passos ou etapas, para tornar mais eficiente o aprendizado”. Pois, entende que esta metodologia se “aplica de forma harmoniosa com a Pedagogia histórico-crítica.” (PINHAIS, PPP, 2011, p.29).

Para procedermos a investigação sobre o nosso estudo de caso, foi realizada pesquisa com sete professoras e quatro pedagogas sobre o trabalho pedagógico na escola. Obtivemos os seguintes resultados que passamos a discorrer.

Dentre as sete professoras pesquisadas, quanto à formação, todas possuem graduação em Pedagogia, sendo que quatro possuem especialização e duas estão em curso.

A professora com menos tempo de atuação na docência tem nove anos de sala de aula, e duas professoras atuam há trinta e seis anos, sendo aposentadas em um dos turnos de trabalho.

Três professoras disseram que já atuaram como coordenadoras pedagógicas antes do concurso público para contratação de pedagogas. E quando perguntadas sobre a melhoria na qualidade da educação após contratação de pedagogas mediante concurso, uma das professoras disse que estas estavam dando continuidade ao que já vinha sendo feito, pois as assessoras pedagógicas já tinham a formação pedagógica. Outra professora considera que não houve avanços já que os novos pedagogos não têm conhecimento da realidade da escola e se perdeu o trabalho que era realizado mais “corpo a corpo”, e o vínculo que havia anteriormente. Uma professora considerou que o concurso só foi benéfico para as professoras que atuavam como regentes de turmas, pois passaram no concurso e assumiram como pedagogas. As demais professoras consideram positivas as mudanças.

As professoras consideram importante a função do pedagogo na escola para ajudar nos planejamentos de aulas, nas orientações quanto às metodologias de ensino, no contato com os pais dos alunos, na intervenção junto aos alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem, e como mediador para garantir a intencionalidade no plano de trabalho docente.

Quando perguntadas sobre o que esperam do trabalho do pedagogo no que diz respeito às suas necessidades em sala de aula, as professoras responderam que esperam que tenham os mesmos objetivos, que auxiliem nas pesquisas de atividades diversificadas, no auxílio com os alunos que apresentam dificuldades, orientação quanto às indisciplinas de alunos, e que trabalhe junto ao professor.

Sobre a utilização do tempo de trabalho dos professores reservado para a permanência/hora-atividade, as professoras responderam que deve ser utilizado na preparação de aulas e correção de provas, pesquisas, planejamento de atividades, reunião com os pais, e para planejar a sequência didática semanal. Apenas uma professora considera importante para a formação continuada.

Quando indagados sobre a importância da formação continuada durante as permanências/hora-atividade, quatro professoras consideram de suma importância para melhorar a prática, porém três professoras disseram ser inviável neste espaço de tempo na escola.

Das sete professoras, cinco delas responderam que participaram da reelaboração do Projeto Político Pedagógico em 2010 através de grupos de estudos na escola, e duas ainda não atuavam no município.

A partir desta pesquisa e das observações e conversas informais no ambiente escolar, pode-se perceber a necessidade que as professoras têm, mesmo que possuam muitos anos de atuação na docência, de serem direcionadas quanto ao trabalho que realizam com as suas turmas. É compete ao pedagogo dar este suporte ao professor, tentar identificar junto com o professor as dificuldades de aprendizagem dos alunos, definir estratégias para que o aluno aprenda, fazer os devidos encaminhamentos quando necessários, contatar as famílias para que estas sejam parceiras da escola na efetivação do processo educativo da criança. Porém, faz-se necessário que o professor tenha clareza quanto ao seu papel de pesquisador dos conhecimentos científicos para que possa sistematizá-los de forma que se torne compreensível ao nível de entendimento do aluno.

Percebe-se que embora as professoras reivindiquem mais apoio pedagógico no que diz respeito às pesquisas de conteúdos e atividades a serem trabalhadas, não são receptivas a formação continuada durante os momentos de permanência e hora-atividade, pois dizem que prejudicam os seus planejamentos de aulas.

Outro aspecto a se considerar seria a discussão para reelaboração de documentos que norteiam o trabalho pedagógico, como o Projeto Político

Pedagógico, que ainda é visto como um documento que visa atender as exigências burocráticas do sistema de ensino.

Os pedagogos se deparam no cotidiano escolar com duas situações: o professor experiente em sua prática docente, mas que não dá o devido valor à fundamentação teórica de sua prática; e o professor com menos experiência na prática docente, mas que considera importante a análise e discussão do trabalho pedagógico.

O “antigo” assessor pedagógico compactua com os ideais do primeiro grupo, daí decorre a sua receptividade pelos professores que viam nele o profissional que estava pronto a “socorrê-los” e atendê-los em todas as suas necessidades pedagógicas.

O pedagogo concursado, a princípio era visto como um estranho que veio para a escola sem o conhecimento de sua realidade e “usurpou” o lugar que pertencia aos professores mais experientes quanto à prática educativa.

O fato de se contratar pedagogos especialistas também gerou a expectativa de que este poderia resolver todos os males da educação do dia para a noite, sem levar em conta que o trabalho educativo nos últimos anos foi se tornando mais complexo em função da mudança de perfil dos alunos. A obrigatoriedade da educação prevista em lei oportunizou o acesso às camadas populares, porém o número elevado de alunos com os mais diversos problemas sociais e financeiros tem produzido turmas heterogêneas, ao ponto da escola não conseguir realizar um trabalho pedagógico que atenda as necessidades de todos os educandos. Embora se tenha clareza de que a educação é um direito de todos os indivíduos, e que objetiva proporcionar a formação integral dos sujeitos para que tenham acesso aos bens culturais produzidos pela humanidade. No entanto não se pode desconsiderar as diferenças entre a escola de “ontem” e de “hoje”, conforme discorre Paro

[...] a escola pública de ontem (assim com as chamadas “boas” escolas particulares atuais) podia dar-se ao luxo de ser incompetentes, ao passo que a de hoje não. Isso porque a “boa” escola tradicional de até três ou quatro décadas atrás, por ser elitista, recebia predominantemente alunos das camadas mais ricas, que tinham, fora da escola, condições de aprender apesar do ensino tradicional a que se submetiam nos bancos escolares. É bem verdade que seu aprendizado escolar referia-se quase tão somente aos “conteúdos” tradicionais, pouco tendo a ver com uma educação integral consentânea com o ideal democrático. (...) Mas as crianças da escola pública de hoje (das camadas pobres da população), diferentemente das de ontem, precisam de escolas que as ensinem a ler, escrever; e a muito mais. (PARO, 2007, p.44-45).

O problema do processo de ensino e aprendizagem deficiente, longe de ser um problema exclusivo do assessor pedagógico/professor ou do pedagogo especialista é político e social, porém coloca-se sob a responsabilidade dos profissionais da educação atribuições que não são suas competências e exigem resultados positivos.

Paro (2007) cita Almeida (1999) que fala sobre sua preocupação no que se refere à formação de professores adequada as suas funções educativas.

Mercê da grande expansão da população usuária da escola e da heterogeneidade desta, a escola perdeu a clareza com relação aos objetivos e valores pelos quais deve pautar-se e os professores passaram a ser responsabilizados pelas deficiências da própria escola. (ALMEIDA, 1999 citada por PARO, 2007, p.73).

Sendo o pedagogo, um dos profissionais da educação, se depara no seu dia a dia com as mais diversas questões da escola que precisa resolver, quer sejam internas ou externas à escola. E conscientes de suas limitações e da escola, busca meios de articular o processo de ensino e aprendizagem de forma que a escola busque promover um ensino com qualidade.

As quatro pedagogas que responderam a pesquisa possuem graduação em pedagogia, sendo que três delas fizeram pelo menos uma especialização. Três delas atuam há quatro anos como pedagoga e uma está atuando há um ano. Dentre as pedagogas apenas uma nunca exerceu a docência.

Todas as quatro pedagogas possuem um padrão de 20 horas semanais, sendo que duas exercem turno suplementar como pedagogas na mesma rede de ensino, uma atua como docente em outro município e outra como pedagoga na rede de ensino estadual.

Quando perguntadas sobre qual seria o papel mais importante que o pedagogo tem a desempenhar na escola, obtivemos as seguintes respostas: Auxílio ao desenvolvimento cognitivo, moral e emocional do educando; Incentivar e participar efetivamente do projeto que está sendo executado pelos educadores e professores; O acompanhamento diário dos processos de ensino aprendizagem utilizados pelos docentes, visando sempre a priorização do aprendizado real e desenvolvimento potencial dos alunos, e garantir a qualidade na educação visando a aprendizagem efetiva dos alunos.

Percebe-se que o principal objetivo do trabalho pedagógico na escola é que o processo de ensino e aprendizagem se dê com qualidade. No entanto, a despeito das boas intenções existem limitações que impedem que o trabalho pedagógico cumpra o seu papel.

Dentre as principais limitações e entraves, as pedagogas citaram: atribuições que não fazem parte da rotina pedagógica; resistência dos docentes em relação à função do pedagogo; resistência de profissionais que atuam há muito tempo no mesmo local às novas práticas; atendimento aos pais sem agendamento prévio; falta de tempo para organização; falta de pessoal de apoio, o que acarreta o acúmulo de funções para as pedagogas.

O pedagogo está sempre às voltas com muitas atividades na escola, porém o que tem demandado mais tempo, segundo as pedagogas são viabilizar os projetos enviados pela secretaria, os eventos que a escola tem que participar, atendimento aos pais, correção de pareceres descritivos, assessoramento e acompanhamento aos professores durante a permanência/hora-atividade.

Embora ainda exista certa resistência em torno do papel do pedagogo na escola, como alguém que está ali para “fiscalizar” o trabalho docente, ele já está começando a incutir nos profissionais docentes que o seu papel é contribuir para a busca da qualidade do trabalho pedagógico, identificar as deficiências no processo de ensino e aprendizagem e procurar meios de saná-las junto aos professores, alunos e famílias.

As pedagogas pesquisadas entendem que para proporcionar melhores condições de trabalho ao pedagogo na escola faz-se necessário aumentar o número de pedagogas na escola, clareza na definição de suas funções, mais dedicação do professor na apropriação dos conteúdos que precisa ensinar aos alunos, espaço físico, recursos adequados e profissionais de apoio. Percebe-se que devido à falta de pessoal de apoio ou mesmo o desconhecimento do que efetivamente o pedagogo tem a realizar na escola, lhe são colocadas diversas atribuições que não são de sua competência e que tomam o tempo que deveria ser utilizado para as atividades essenciais no trabalho pedagógico para cuidar de assuntos secundários ou supérfluos.

O Projeto político pedagógico da escola é fundamental para direcionar a prática educativa, no entanto, quando da sua elaboração, não se tem dado a devida importância. Ainda é visto como um documento para cumprir as exigências

burocráticas. Conforme fala das pedagogas, muitas vezes, o tempo disponibilizado que se tem para discutir o projeto são as permanências das professoras que ainda relutam por perderem o tempo de fazerem os seus planejamentos de aula, ou a direção que não considera importante.

O trabalho pedagógico exige pesquisa e reflexão da prática educativa, pois todos os dias os profissionais da educação deparam-se com problemas que podem interferir na aprendizagem dos alunos. E o pedagogo é o profissional que está fora da sala de aula e que tem o seu olhar voltado não só para as dificuldades de aprendizagem dos alunos, como também para a prática do professor. Conforme fala das pedagogas, esses momentos de pesquisa e reflexão acontecem nas permanências, nos momentos pedagógicos e nas formações continuadas. E são imprescindíveis na tomada de decisão, mudanças de rumo, pois sendo a educação revestida de intencionalidade, faz-se necessário rever os direcionamentos que vão se dando no decorrer do percurso de ensino e aprendizagem.

Apesar do excesso de cobranças em relação a sua atuação na escola, quando o pedagogo apresenta uma postura profissional comprometida com a educação, ciente de suas obrigações e que procura auxiliar e orientar os professores em suas dificuldades, vai adquirindo gradativamente o respeito e o reconhecimento da equipe docente.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Diante das mudanças ocorridas no que se refere ao campo de estudo da pedagogia, o perfil do profissional passou por alterações com vistas a atender a demanda de épocas diferentes em nossa sociedade.

O pedagogo, que a princípio parecia ter uma função mais burocrática, embora possuidor de experiência da prática educativa, pois isto era uma exigência, passa a ser um profissional do “chão da escola”, que acompanha mais de perto o processo de ensino e aprendizagem.

Na escola que foi objeto de nosso estudo de caso, o pedagogo/professor era um dos pares dos docentes, fazia parte daquele contexto escolar, e conhecia bem de perto as deficiências e dificuldades tanto dos alunos como dos professores.

Já o pedagogo especialista, admitido após concurso público, vem para a escola sem esse aporte de um profissional que já estava inteirado da dinâmica escolar, embora imbuído de conhecimento teórico, necessita construir sua identidade a partir de sua prática. Pois, diferentemente dos profissionais docentes, o pedagogo não dispõe de referências no seu cotidiano para que tenha parâmetros de atuação profissional.

Com isso, fica a mercê de realizar um trabalho que não condiz com a sua formação, mas que lhe é colocado como de cunho pedagógico.

O pedagogo precisa ultrapassar os obstáculos que surgem a cada dia em seu caminho e procurar intervir na prática educativa da escola, buscando consolidar a sua área de atuação como imprescindível para que se tenha uma educação de qualidade.

Este trabalho não tem a pretensão de esgotar o assunto, pois há muito que pesquisar e estudar sobre a prática do pedagogo escolar para que se tenha clareza quanto ao seu papel no interior da escola. Faz-se necessário que se estabeleça a distinção de trabalho pedagógico e administrativo, buscando compreender as diversas faces que o trabalho pedagógico pode assumir de acordo com a função que o profissional está investido.

5. REFERÊNCIAS

ALVES-MAZZOTTI, A. J. **Usos e Abusos dos Estudos de Caso**. In: Cadernos de Pesquisa, v. 36, n. 129, set./dez. 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei 9.394, de 24 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 09/05/2014.

_____. Câmara dos Deputados. **Decreto-Lei 1190 de 4 de abril de 1939**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1190-4-abril-1939-349241-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 09/05/2014.

_____. **Lei 4024 de 20 de dezembro de 1961**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4024.htm>. Acesso em: 09/05/2014.

_____. Ministério da Educação. **Parecer CNE/CP nº 5**. Aprovado em 13 de dezembro de 2005. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pcp05_05.pdf. Acesso em: 20.01.2014.

_____. MEC. Conselho Nacional de Educação. Institui **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura**. Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_06.pdf> Acesso em: 20.01.2014

BRITO, R. M. **Breve histórico do curso de pedagogia no Brasil**. 2006. Disponível em: <http://dialogica.ufam.edu.br/PDF/no1/1breve_historico_curso_pedagogia.pdf>. Acesso em: 09.05.2014

CARVALHO, P.H.S. (Org.). **O Papel do Pedagogo na Gestão e suas Possibilidades de Mediação do Currículo**. Disponível em: <http://www.observatoriodaeducacaosuperior.ufpr.br/artigos_1/ARTIGO-09.pdf>. Acesso em: 04.03.2014.

DUARTE, R. **Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo**. Cad. Pesqui. [online]. 2002, n.115, pp. 139-154. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742002000100005&lng=pt&nrm=iso>.

LIBÂNEO, J. C. **Pedagogias e Pedagogos: Inquietações e Buscas**. In: Educar, Curitiba, n. 17, p. 153-176. 2001. Editora UFPR.

_____, **Pedagogia e Pedagogos, Para quê?** Cortez: São Paulo, 2007.

LIMA, P. G.; SANTOS, S. M. **O Coordenador Pedagógico na Educação Básica: Desafios e Perspectivas**. In: Educere et Educare – Revista de Educação, Vol.2 nº4, 2007.

NAVES, M. L. P. **A Consulta a Documentos**. Sala Ambiente Metodologia do Trabalho Científico.

Disponível em:

<http://coordenacaoescolagestores.mec.gov.br/ufpr/file.php/1/coord_ped/sala_4/pdf/Metodologia-do-Trabalho-Cientifico.pdf>. Acesso em: 22.01.2014

_____, **A Observação**. Sala Ambiente Metodologia do Trabalho Científico.

Disponível em:

<http://coordenacaoescolagestores.mec.gov.br/ufpr/file.php/1/coord_ped/sala_4/pdf/Metodologia-do-Trabalho-Cientifico.pdf>. Acesso em: 22.01.2014

OLIVEIRA, E. G. **A função do Pedagogo como Supervisor Escolar**. In: Revista Científica Eletrônica De Ciências Sociais Aplicadas Da Eduvale Publicação científica da Faculdade de Ciências Sociais aplicadas do Vale de São Lourenço-Jaciara/MT Ano IV, Número 06, nov. de 2011.

PARO, V.H. **Gestão Escolar, Democracia e Qualidade do Ensino**. São Paulo: Ática, 2007.

PIMENTA, S. G. **O Pedagogo na Escola Pública**. São Paulo: Loyola, 1998.

PINHAIS, Secretaria de Educação, **Projeto Político Pedagógico - EM Frei Egidio Carloto**. Pinhais, 2011.

_____, **Edital de concurso Superior e Motorista II nº02/2011**. Pinhais, 2011.

RODRIGUES, M.F.; KUENZER, A.Z. **As Diretrizes Curriculares Para o Curso de Pedagogia: uma Expressão da Epistemologia da Prática**. In: Olhar de professor, Ponta Grossa, 10(1): 35-62, 2007.

Disponível em:

<<http://www.eventos.uepg.br/ojs2/index.php/olhardeprofessor/article/view/1474/1119>>

SANTOS, L. L. C. P.; OLIVEIRA, N. H. **O Coordenador Pedagógico No Contexto De Gestão Democrática Da Escola**. Disponível em: [Coordenacaoescolagestores.mec.gov.br](http://coordenacaoescolagestores.mec.gov.br).

Acesso em: 22/01/2014

VILA, M.F.; SANTOS, S.A. **O Papel do Pedagogo e a Organização do Trabalho na Escola**.

Disponível em:

<http://gephisnop.weebly.com/uploads/2/3/9/6/23969914/o_papel_do_pedagogo_e_a_organizacao_do_trabalho_na_escola.pdf>

Acesso em: 24/10/2013